



OS NOMES DA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT

Fátima Grazielle de SOUZA¹
Neuza Benedita da Silva ZATTAR²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de nomeação da Praça central da cidade de São José dos Quatro Marcos, a partir da nomeação oficial *Praça dos Bandeirantes*, especificamente, nos processos que constroem a relação do nome com aquilo que foi nomeado. A pesquisa se inscreve no campo teórico da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães (2002, 2005), e tem como *corpus* a lei de nomeação oficial do logradouro público, bem como recortes retirados do *blog* da Secretaria Municipal e a imagem da placa de sinalização urbana. Ao tomarmos essas materialidades, pretendemos observar como o nome da *Praça* significa e produz sentidos nos acontecimentos de linguagem em que é nomeada.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento. Nomeação. Praça. Cidade.

Abstract: This article aims at analyzing the process of nomination of the central square of the city of São José dos Quatro Marcos, from the official nomination *Praça dos Bandeirantes* specifically in the processes that build the relationship of the name with what was named. The research has basis on the theoretical field of Semantics of Happening, by Eduardo Guimarães (2002, 2005), and has as *corpus* the law of official nomination of the public area, as well as clippings taken from the blog of the Municipal and the image of signpost Urban office. By taking these materialities, we intend to observe how the name of the square means and produces senses language in which it is named.

Keywords: Semantics of Happening. Nomination. Square. City.

1. Introdução

Ao nos inscrevermos na posição de semanticista, consideramos “que a linguagem fala de algo” (GUIMARÃES, 2005, p.7), e para pensarmos a questão do processo de nomeação do espaço “público” cidadão, torna-se relevante empreendermos um percurso histórico sobre o município de São José dos Quatro Marcos, que se encontra localizado a 302,6 km da capital Cuiabá, no estado de Mato Grosso, fazendo divisa com os municípios de Mirassol D' Oeste, Araputanga, Glória D'Oeste, Lambari D'Oeste e Indiavaí.

A região do município de São José dos Quatro Marcos era habitada pelos índios Bororos, também conhecidos por Índios da Campanha, denominação dada pelos

¹ Graduada em Letras. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT/Brasil. grazi251@hotmail.com

² Doutora em Linguística. Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT/Brasil. Neuza.zattar@gmail.com. Orientadora.



imigrantes paulistas, que vieram explorar terras ao sudoeste de Mato Grosso e povoá-las.

A história de São José dos Quatro Marcos é relativamente recente, e está ligada à história de ocupação, colonização e urbanização da cidade de Mirassol D'Oeste. O movimento colonizador da cidade de Mirassol ocorreu a partir de 1960, através de uma legislação especial que previa incentivos fiscais do Governo federal para o Centro-Oeste e especialmente para o estado de Mato Grosso com a criação da Colônia Nacional de Dourados que teve atuação na Colônia de Rio Branco a partir de 1950.

Após a criação da Comissão de Planejamento e Produção - CPP, o Estado vendia terras a preços irrisórios e, por sua vez, os compradores se comprometiam a abrir estradas e criar infraestrutura para a colonização. O próprio Estado participava dos trabalhos de colonização em alguns sítios, favorecendo a ocupação de vastas áreas ao redor. Esses incentivos governamentais da década de cinquenta levaram centenas de famílias, ávidas de um pedaço de terra, a plantar, a procurar, a partir de 1954, a região sudoeste mato-grossense, reconhecidamente pela fertilidade do solo.

Nesse contexto, no ano de 1962, Zeferino José de Matos, morador do estado de São Paulo, adquiriu uma área de terras no oeste de Mato Grosso, que compreende atualmente a cidade de São José dos Quatro Marcos, da Imobiliária Mirassol, sediada na cidade de Mirassol, no estado de São Paulo.

Em 1966, Zeferino José de Matos, juntamente com Luiz Barbosa e Miguel Barbosa do Nascimento, doou 11,02 alqueires de terras para loteamento, a fim de se criar e povoar um núcleo populacional. Assim, em busca de terras férteis para plantio, foram chegando famílias de São José do Rio Preto (SP), Santa Fé do Sul (SP) e de outras regiões dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e também do Nordeste, devido às propagandas feitas pelo próprio estado de Mato Grosso que tinha como política de interiorização a colonização de áreas localizadas na região sudoeste do Estado.

Em 1977, o Governo de Mato Grosso criou o município de Mirassol D'Oeste, e nesta nova unidade municipal criou-se o distrito de São José dos Quatro Marcos, através da Lei nº 3.934, de 04 de outubro de 1977. Tendo em vista o crescimento econômico da povoação, pautado na economia agrícola, e a constante expansão da população, dois anos mais tarde, o distrito foi elevado à categoria de município com o nome de "Quatro Marcos", silenciando, desse modo, o nome do padroeiro da cidade. Este ato deu-se através da Lei Estadual nº 4.154, de 14 de dezembro de 1979, de autoria do Deputado



Aldo Borges e sancionada pelo Governador Frederico Campos, conforme os artigos abaixo:

Artigo 1º- Fica elevado à categoria de município, com o nome de Quatro Marcos o distrito de São José dos Quatro Marcos, criado como unidade integrante do município de Mirassol D'Oeste, pela Lei nº 3.934, de 04 de Outubro de 1977.

Artigo 2º - Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 01, de 09 novembro de 1967, o município de Quatro Marcos será instalado no dia 31 de janeiro de 1981, com a posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores a serem eleitos a 15 de novembro de 1980.

No entanto, a nova denominação da cidade “Quatro Marcos” não agradou à população do município que passou a reivindicar às autoridades representativas da região a alteração na denominação, no sentido de se retomar a primeira nomeação, ou seja, acrescentar o prenome *São José* ao nome *Quatro Marcos*. Como efeito dos manifestos orais e documentais, o Governador do Estado sancionou a Lei n.º 4.637, de 10 de janeiro de 1984, que altera a denominação de “Quatro Marcos” para “São José dos Quatro Marcos”, que permanece até hoje.

Continuando o nosso percurso, tomaremos agora a história da edificação da Igreja Matriz na praça central do município de São José dos Quatro Marcos que, conforme o relato dos filhos dos fundadores foi doado inicialmente um grande terreno para a Igreja Católica, que tinha nos fundos uma área na qual havia um campo de futebol ou área de lazer, na qual posteriormente seria construída a Praça central da cidade.

Trazendo a análise que Orlandi (2001, p. 15) faz da estátua de Fernão Dias, localizada à margem da rodovia que leva o seu nome, na entrada da cidade de Pouso Alegre-MG, podemos dizer que a Igreja Matriz, enquanto objeto simbólico, é também atravessada por discursos, “os que ela produz – uma *Igreja* (no caso) não diz, mas produz discursos - e que são parte de seus sentidos”.

Em 22 de novembro de 1977, o Padre Georges Martin chegou ao distrito de São José dos Quatro Marcos e, juntamente com a comunidade, se empenhou na edificação de um novo templo religioso para a Igreja que, de acordo com o plano arquitetônico moderno, teria mais representatividade se localizasse na área que pertencia ao campo de futebol e em frente a essa área deveria se construir a Praça central.



A Igreja da Matriz foi inaugurada no ano de 1981 com a celebração solene da primeira missa com a participação de Padre Tiago e do Bispo diocesano.

Na perspectiva de que a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso, pelos discursos já formulados e que constituem o memorável (o passado no acontecimento), propomos analisar o processo de nomeação da Praça central da cidade de São José dos Quatro Marcos-MT.

Nesse sentido buscamos compreender a praça além de sua espacialidade física como espaço para práticas desportivas, de lazer e acontecimentos festivos da cidade, ou seja, queremos compreendê-la como materialidade significativa que produz sentidos para o cidadão urbano e para a administração pública.

Ao pensarmos em nomeação como uma simples forma de classificação deixamos de considerar os fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Segundo Rancière (1992 *apud* GUIMARÃES, 2005, p.9), os nomes identificam objetos. Um nome, conforme essa concepção teórica vai além de uma simples denominação, ele constitui um texto carregado de historicidade e significação. Nesse sentido, para empreendermos as análises, nos filiamos à Semântica do Acontecimento (2005), desenvolvida por Eduardo Guimarães, que considera que a linguagem como fonte de sentido no acontecimento enunciativo constituído de sujeitos falantes.

O *corpus* desta pesquisa é constituído da lei de nomeação oficial do logradouro público, bem como de recortes retirados do *blog* da Secretaria Municipal e placa de sinalização urbana.

2. A Praça Central da Cidade

Neste item vamos examinar inicialmente a enunciação da Lei nº 053, de 28 de março de 1985, que nomeia oficialmente a Praça central da cidade, como *Praça dos Bandeirantes*, e num segundo momento, analisaremos alguns recortes enunciativos (em ordem cronológica) retirados de textos disponibilizados na internet e a imagem da placa de sinalização urbana que designam/reescrevem o nome do referido espaço público.

Passamos agora à análise do primeiro recorte extraído da Lei nº 053, de 28 de março de 1985, que dispõe sobre a denominação oficial do logradouro público. Vejamos:

R1. Artigo 1º - O logradouro público existente, com frente à Avenida Bahia, confrontando à direita com a Avenida Sergipe, à esquerda



com a Rua Santa Catarina e ao fundo com a Rua Pernambuco, nesta cidade de São José dos Quatro Marcos, passa a denominar-se “**Praça dos Bandeirantes**” em homenagem as famílias pioneiras da Comunidade. (Grifo nosso)

A nomeação *Praça dos Bandeirantes* dada à principal praça da cidade é praticamente silenciada nos enunciados que dizem sobre a praça, exceto em documentos oficiais em que ela é dita. Ou seja, o nome que rememora os pioneiros bandeirantes, que desbravaram, colonizaram e urbanizaram a cidade de São José dos Quatro Marcos, não é enunciado e se mantém sobreposto a outros nomes como *Praça da Matriz*, *Praça Igreja Matriz* e *Praça Bandeirantes*, os quais a reescreveram.

Para Guimarães (2011, p. 84), “a reescrituração e o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si”.

Convém destacar no recorte 1 (artigo da lei) o apagamento ou qualquer referência ao nome da *Igreja Matriz*, o que vemos é a localização da praça em relação às ruas e avenidas que trazem o memorável de outros Estados brasileiros já nomeados e que significam na história de cada estado e do país como: Bahia, Sergipe, Santa Catarina e Pernambuco.

O acontecimento de nomeação *Praça dos Bandeirantes* se dá do lugar social do locutor prefeito (administrador público da cidade) que assume a palavra enquanto falante da Língua Portuguesa para nomear ou renomear os espaços públicos da cidade. Essa nomeação rememora os bandeirantes do século XX, os paulistas do estado de São Paulo, que vieram para Mato Grosso em busca de novas terras.

O nome *Praça dos Bandeirantes* ao ser enunciado revela uma vinculação de pertencimento à nação brasileira, em que a nomeação parte de uma “enunciação cifrada de narrativas memoráveis” (GUIMARÃES, 2005, p.53).

Quanto à estrutura morfossintática temos em *Praça dos Bandeirantes* um nome comum *Praça* (especificador) e um sintagma preposicionado – *dos Bandeirantes*, significando que a praça é pertencente aos pioneiros da cidade denominados *Bandeirantes*.

O segundo recorte é um texto veiculado no *blog* da Secretaria Municipal de Educação do município que informa sobre a construção de uma nova estrutura para o palco que se localiza na Praça central.



R2. No dia 06/07/2010 aproveitamos o ensejo das comemorações da Semana Democrática para nos despedir do palco da **Praça da Matriz** que será demolido para a construção de sua nova estrutura.

Aguardamos ansiosos pelo novo palco que dará um visual muito mais arrojado ao cenário da **Praça da Matriz**.

Disponível

em:

<http://educa4marcos.blogspot.com.br/2010/07/despedita-dopalco-da-praca.html> (Grifo nosso) Acesso em: 05 jul. 2013.

No texto acima, a nomeação da *Praça* se dá do lugar da Secretaria de Educação, órgão oficial da Prefeitura Municipal autorizado a dizer sobre o “novo palco que dará um visual mais arrojado ao cenário da Praça da Matriz”. Nesse dizer, a Praça central é nomeada de *Praça da Matriz*, primeiro pela sua localização em relação à Igreja Matriz, e segundo, pelo fato que toda vez que alguém enuncia o seu nome, diz *Praça da Matriz*. Essa nomeação traz o memorável da prática do cristianismo, mais especificamente do catolicismo, em que o discurso da Igreja Católica se faz presente como o lugar da fé cristã.

Vale notar que na cena enunciativa temos um locutor-x que se divide enquanto Locutor que representa a Secretaria Municipal de Educação e que fala a seu Alocutário, o cidadão quatormarquense. Nesse caso o locutor-x assimila o lugar do dizer do enunciador coletivo ao enunciar em nome da Secretaria e da Prefeitura Municipal.

Descritivamente temos:

a) Locutor – locutor- Secretaria Municipal de Educação ↔
alocutario- cidadão –Alocutário

É interessante observar que o locutor-x, que representa o órgão oficial da Prefeitura, enuncia o nome da *Praça da Matriz* como se dando do lugar do cidadão para o cidadão. Conforme Guimarães (2011, p.53), “o locutor fala do lugar da verdade, para isso toma o lugar social de cidadão e se significa como um igual a seus iguais.”

Podemos dizer que há nesse recorte um processo metonímico de nomeação, em que a *Matriz* passa a ser o nome da *Praça*. Ou seja, temos uma nomeação em que o espaço é nomeado por “uma característica que se vê contida nela” (GUIMARAES, 1992, p.2), devido ao fato de a Igreja Matriz se localizar no mesmo espaço em que se encontra a Praça central.



Quanto às estruturas morfossintáticas temos em *Praça da Matriz* um nome comum *Praça* (especificador) e um sintagma preposicionado - *da Matriz*, significando que a praça é pertencente à Matriz.

O terceiro recorte deste trabalho é materializado pela placa de sinalização colocada pelo poder público em 2011, para identificação da praça, e o que se lê na placa é o nome *Praça Bandeirantes*.

R.3



Praça dos Bandeirantes

Foto: Arquivo de Fátima Grazielle de Souza (Dezembro de 2012)

A imagem dessa placa, que sinaliza o espaço público urbano, traz o nome *Praça Bandeirantes*, do lugar da Prefeitura Municipal, responsável pela escritura do nome desse logradouro, e não a nomeação oficial da praça que é constituída de um sintagma preposicionado *Praça dos Bandeirantes*. Aqui estaria ocorrendo o equívoco que é próprio da língua, pois conforme Orlandi (1999, p.53), “Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto, escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições”, ou seja, para outros lugares sociais.

No que concerne às estruturas morfossintáticas, temos em *Praça Bandeirantes*, como aparece na placa apenas ao poste da cidade, um nome comum *Praça*



(especificador) e um nome comum que predica o espaço público, *Bandeirantes*, em homenagem aos pioneiros da cidade.

Pelo postulado teórico aqui mobilizado, compreendemos que a nomeação não é uma mera etiqueta do espaço público urbano, mas sim, um mosaico linguístico que relaciona a “cidade com sua história, sem a qual ela não é uma cidade” (Idem, p 67).

Dito de outra forma, o nome *Praça dos Bandeirantes* é “identificado por todo um processo histórico” (Idem), e o sujeito ao enunciar *Praça da Matriz* silencia a história de fundação da cidade e apaga a memória dos bandeirantes que fundaram a cidade de São José dos Quatro Marcos.

Retomando a questão da reescrituração, podemos dizer que a *Praça dos Bandeirantes* é reescriturada por substituição por *Praça da Matriz* e *Praça Bandeirantes*. Para Guimarães (2007, p.85), a substituição se dá quando “uma expressão e retomada em outro ponto por outra expressão. ”

Podemos dizer que o sujeito é tomado por um memorável pela necessidade de “identificação de lugares no espaço” (Idem, p.65) que termina por enunciar a nome da praça por “um dizer sem passado, intemporal” (Idem), ou seja, um acontecimento sem história em que o fato de a *Igreja* se localizar espacialmente na *Praça* faz com que todo o espaço público seja nomeado como pertencente à instituição religiosa, considerando o lugar de poder que a mesma ocupa na sociedade.

3. Consideração Finais

Nesta reflexão analisamos a nomeação oficial *Praça dos Bandeirantes* localizada na parte central da cidade de São José dos Quatro Marcos na perspectiva enunciativa, observando como esse espaço público se significa e como a linguagem a nomeia nos acontecimentos do dizer.

Parafraçando Guimarães, dar nome a algo é dar-lhe existência histórica, ou seja, no movimento semântico do processo de nomeação da *Praça*, novos sentidos foram sendo construídos, haja vista que “num acontecimento em que certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARAES, 2005, p.27).

As análises semântico-enunciativas nos mostraram que no ato de nomeação da *Praça* central, temos a configuração da temporalidade que recorta como memorável o poder religioso (a *Igreja*) e a imagem do pioneiro/colonizador (discurso de origem/bandeirantes).



Ao enunciar o nome *Praça da Matriz* temos uma relação em que o monumento (Igreja) é tido como um ponto de referência que determina a nomeação da Praça, silenciando o nome oficial, rememorando um passado que se junta no presente da enunciação do nome da Praça, e projetando novas enunciações nas quais circulam esses nomes entre a população.

Na nomeação *Praça Bandeirantes*, projetada na placa de sinalização da praça, temos uma nomeação que não circula na identificação desse espaço público urbano, o que de certa forma, mostra um equívoco no uso desse nome por parte da Prefeitura, responsável pela circulação do nome oficial desse logradouro.

A nomeação *Praça dos Bandeirantes* recorta uma memória de fundação, heroísmo que se projeta na cidade construindo sentidos do cidadão quatromarquense. Essa nomeação se dá no espaço de enunciação no qual a Língua Portuguesa é a Língua Oficial, e a Prefeitura Municipal, que ocupa o lugar de gestor municipal, enuncia o nome *Praça dos Bandeirantes*, uma nomeação oficial dada do lugar político-administrativo.

No que concerne ao funcionamento morfossintático dos nomes, podemos observar uma relação de disputa entre o poder executivo e a o poder religioso em que o nome oficial é recoberto pelo nome dado do lugar da Igreja Matriz da cidade. Consideramos, nesse sentido, que o sujeito ao enunciar o nome *Praça da Matriz* resiste à nomeação oficial.

Podemos dizer que mesmo na insistência de enunciar denegando o nome oficial, o quatromarquense é “inscrito numa rede de sentidos que o identifica no real de uma história que tem suas marcas” (ORLANDI, 2011, p.34), e a Praça central, ou melhor, a *Praça dos Bandeirantes* traz sentidos que significam para o habitante desse espaço simbolizado.

Assim, ao tomarmos a nomeação da Praça central como nosso objeto de estudo, observamos que “as análises enunciativas de nomeação podem nos levar à compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade” (KARIM, 2012, p.184).

4. Referências

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto. Procedimentos, Análises, Ensino.** Campinas, SP, Editora RG, 2011.



_____. **Enunciação e história.** In: História e sentido na linguagem. (Org.). Editora da Unicamp. Campinas, 1989.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** 4. ed. Campinas, SP: RG, 2010.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à História o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso.** Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>.

ORLANDI, Eni. **Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense.** In: ORLANDI, Eni. Discurso, Espaço, Memória – Caminhos da Identidade no Sul de Minas. Editora RG. Campinas, 2011.

ZATTAR, Neuza. **Calçadas: espaços públicos ou privados?** In: Línguas e Instrumentos Linguísticos. ed. n° 23/24. Campinas, SP: Editora RG, 2008.